EXTRA-CLASSE

Fundações de apoio e suas contradições

Elas surgiram para ser um instrumento de redução da burocracia existente no setor público. Entretanto, o funcionamento das fundações de apoio, em sua forma geral, com raras exceções, tem sido envolta em dúvidas e até mesmo em denúncias de irregularidades. E um dos objetivos do seminário do dia 17 de setembro, promovido pela Regional RS do ANDES-SN, na UFSM, foi justamente jogar luz sobre a questão. E, para tanto, foram fundamental os depoimentos de representantes das seções sindicais de todo o estado. O docente de Pelotas (ADUFPel),

professor Néri Mauchi, relatou que a Fundação de Apoio Universitário foi criada para apoiar inicialmente os cursos da área da Saúde. No entanto, a Justiça Trabalhista daquela região "ficou abarrotada" de processos contra a fundação, comentou. Na tentativa de solucionar a falta de servidores, os reitores contrataram técnico-

administrativos aposentados. A ilegalidade foi descoberta e a prática, proibida. A situação gerou um novo problema. Conforme o docente, as contratações seguintes via fundação deram lugar ao nepotismo, com a vinda de tios, primos e cônjuges daqueles que já eram contratados.

A opinião contrária às fundações de apoio não foi compartilhada pelo palestrante Sérgio Nicolaiewsky, que é da diretoria da FAURGS e já foi vice-reitor da UFRGS. Ele falou sobre sua experiência como líder sindical e como dirigente de uma fundação de apoio. Reiterou, durante sua exposição, que se há algo errado em determinada fundação, há algo ainda mais errado com a universidade. "Uma fundação de apoio só funciona corretamente se a universidade assim exige", comentou. Ele explica que as fundações de apoio têm os Conselhos Deliberativos, composto por membros escolhidos pelo Conselho Universitário de cada instituição. A este, anualmente, cabe aprovar ou não as contas da fundação. "As relações desonestas passam pela universidade, que tem total controle sobre a fundação". Para o professor, as



universidades públicas têm uma missão: fazer desaparecer o que há de desonesto em determinadas fundações.

ESTUDOS- Para apurar eventuais ilegalidades na fundação de apoio da Universidade de Rio Grande, Volnei Damaceno realizou estudos que estão

publicados no caderno 23 do ANDES-SN. Damaceno estruturou sua pesquisa em perguntas. A primeira teve por objetivo verificar se a diretoria da fundação de apoio à FURG era remunerada. "Deunos um alívio quando constatamos que a atividade era voluntária", narrou ele. A segunda questão referia sobre a fiscalização das atividades. "Outro alívio", disse ele. Obtiveram a resposta de que três professores fiscalizavam a prestação de serviço. Constataram também que a auditoria externa examina os procedimentos que vão ao Conselho Fiscal semestralmente. Ainda apuraram que o Conselho Deliberativo da fundação é composto pelo reitor e chefes de departamento. Damaceno relatou que a prestação de contas é aprovada pelo Ministério Público com ou sem reparos. Cabe ao Conselho Universitário o "poder finalístico" de apontar ilegalidades ou de dar continuidade aos projetos. O professor disse que estava procurando erros e que, felizmente, não os encontrou. "Pode-se ter uma fundação correta, honesta, que não queira privatizar e tampouco tirar vantagem sobre as universidades. A parceria pode dar certo", afirmou o otimista Damaceno.



Nicolaiewsky polemizou em defesa das fundações de apoio

FATEC na berlinda

O contraponto à administração regular de uma fundação foi feito pelo acadêmico do curso de Odontologia da UFSM, César Bergoli. Ele foi escolhido para representar a SEDUFSM no seminário. Bergoli participou ativamente do processo que apontou supostos desvios de dinheiro público da Fundação de Apoio da instituição (FATEC). Bergoli apontou várias questões que ainda não foram respondidas pela administração da fundação e também pela reitoria da UFSM. Uma destas foi a indagação sobre o motivo pelo qual a fundação presta consultoria ao DETRAN-RS.

Disse ele que a FATEC, sendo fundação de apoio, não poderia ter fins lucrativos. Bergoli mostrou o que seriam comprovações de que, no balanço patrimonial de 2006, havia 25 milhões de reais. Indignado, afirmou que "o patrimônio em um ano cresceu seis milhões de reais." Disse também que o superávit da fundação superou a marca dos 270 milhões de reais. "O engraçado é que o dinheiro ainda não foi explicado e tampouco dividido", lamentou o estudante.

Bergoli contou ainda que o balanço do patrimônio não possui o parecer jurídico da Procuradoria Jurídica da UFSM. Também não disponibiliza as notas fiscais que, conforme o estudante, deveriam estar anexadas. Segundo ele, "o absurdo" foi um projeto financiado para a criação de um software, orçado em 4 milhões de reais. Na planilha de custos, havia notas fiscais da compra de vinhos, refrigerantes, lanches, pagamento de cortinas e poltronas, além das "inexplicáveis" passagens a Buenos Aires, Argentina, e Bossoroca (RS). "Indagada sobre as despesas que havia pagado, a FATEC falou que apenas pagava as despesas", lembra indignado, Bergoli.

César Bergoli finalizou dizendo que "por mais que sejamos contra as fundações, torcemos para que o dinheiro público seja utilizado de forma transparente e sóbria". O professor Paulo Rieger, da APROFURG, discorreu sobre a corrupção na sociedade contemporânea. "Não há como ser meio ético, ou se é, ou não". Ponderou que a honestidade deve ser a primazia em qualquer atitude humana.

REINALDO PEDROSO _

